

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

REQUERIMENTO No / 2025 (Do Sr. Deputado Afonso Hamm)

Requer a realização de "Mesa Redonda" no Estado do Rio Grande do Sul, para debater sobre o valor da tarifa, nova licitação e o fim do contrato dos pedágios nas BR-116 e BR-392, no Estado do Rio Grande do Sul, pela Empresa Concessionária de Rodovias do Sul (Ecosul).

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de "Mesa Redonda" no âmbito da Comissão de Viação e Transportes, para debater o fim dos contratos dos pedágios nas BR-116 e BR-392 pela Empresa Concessionária de Rodovias do Sul (Ecosul), assim como debater sobre a nova licitação dos trechos e o atual valor da tarifa nas praças.

Sugiro que sejam convidados para discutir o assunto:

- Renan Filho - Ministro da Infraestrutura
- Rafael Vitale Rodrigues - Diretor Geral da ANTT
- Fabricio de Oliveira Galvão – Diretor Geral do DNIT/RS
- Marcus Vinicius Almeida - Deputado Estadual (PP/RS) e Presidente da frente parlamentar de desenvolvimento da metade Sul
- Afrânio Rogério Kieling - Presidente da FETRANSUL
- Eduardo Leite – Governador do Estado do Rio Grande do Sul
- Claudio Bueno Pinheiro – Presidente do SETCESUL – Sindicato das empresas de transportes rodoviários de cargas do Extremo Sul
- Luiz Carlos Bohn – Fecomercio/RS



* C D 2 5 7 1 1 0 7 1 2 1 0 0 *

JUSTIFICATIVA

A duplicação de rodovias federais gaúchas é fundamental para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, em especial, na região da Metade Sul do Estado.

Há dois anos antes do encerramento do pior contrato de concessão que existe no Brasil, o governo federal quer estender essa condição com a Empresa Concessionária de Rodovias do Sul (Ecosul) sem realizar a licitação em 2026, sem debater com a região, às escuras.

Entendemos necessário debater o interesse em prorrogar um contrato que não beneficia o Rio Grande do Sul e, mais que isso, que prejudica a capacidade competitiva do Porto do Rio Grande. A prorrogação nem sequer beneficia o próprio governo federal, haja vista que o valor arrecadado em nova licitação seria “dinheiro novo” aos combalidos cofres federais, que já somam um déficit de R\$ 230 bilhões.

Aliás, há 26 anos, a única beneficiada com a implantação das praças de pedágio na Metade Sul foi a concessionária Ecosul, que dois anos após assumir as rodovias, em 1998, já conquistara uma prorrogação até 2026.

Nas obras elencadas pela concessionária está a duplicação de oito quilômetros da BR-392, que beneficiaria o transporte de cargas, pois está localizado na região do Porto de Rio Grande. O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) chegou a realizar projetos da obra, mas ela nunca saiu do papel.

Outra construção que seria assumida é a recuperação da ponte do Canal São Gonçalo, na BR-392, em Pelotas. Ela está desativada desde 1974 em função de problemas nas suas vigas. O recurso para realizar as obras sairia de um novo pedágio que seria construído na BR-116, em Camaquã, onde começa a concessão da empresa.

Embora a proposta signifique ampliar os investimentos na região, com geração de emprego e renda, temos que considerar que o contrato atual da Ecosul só prevê a manutenção e a conservação dos 457,3 quilômetros de sua competência, portanto, permitir que a Ecosul construa mais uma praça de pedágio inviabilizaria o repasse da BR-116, entre Porto Alegre e Camaquã, para a iniciativa privada.

Diante desse cenário, como presidente da Frente Parlamentar pela Conclusão da Duplicação da BR-116, propomos esse debate público com objetivo de reunir todas as partes envolvidas para esclarecer o que está sendo encaminhado, no sentido de contribuir para que as obras de duplicação tão necessárias nas estradas da região sejam realizadas, porém, sem penalizar os usuários que por



* CD257110712100*

Apresentação: 08/04/2025 12:26:06.683 - CVF

REQ n.22/2025

elas trafegam com preços de pedágios abusivos, o que também reduz a competitividade de nossas exportações, o transporte da matéria prima e impacta de forma significativa na vida dos usuários da estrada.

Vivemos um novo momento, com uma profunda crise econômica, tendo em vista a pandemia, por isso, não aceitaremos qualquer medida que traga ainda mais dificuldades aos transportadores, empresas, empreendedores e turistas que utilizam a BR-116.

Pelas razões aqui expostas e pela relevância do tema, aguardo na expectativa do acolhimento dos Nobres Pares e a aprovação desse requerimento.

Sala das Comissões, de de 2025.

DEPUTADO FEDERAL AFONSO HAMM

Presidente da Frente Parlamentar pela Conclusão da Duplicação da BR-116



† C D 2 E 7 1 1 0 3 1 2 1 0 0 +